



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

## Comissão de Legislação Participativa

AUTOR:

Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul -  
CONDESESUL

DATA DE ENTREGA

13/07/2010

EMENTA:

Sugere projeto de lei que acrescenta o art. 37-A à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, Lei n. 8.666, de 1993.

### DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO/VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Presidente: \_\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Presidente: \_\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Presidente: \_\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Presidente: \_\_\_\_\_

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_

Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Presidente: \_\_\_\_\_

PARECER:

DATA DE SAÍDA



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

## **SUGESTÃO Nº 213/2010**

### **CADASTRO DA ENTIDADE**

**Denominação:** Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul - CONDESESUL

**CNPJ:** 03.005.604/0001-19

**Tipos de Entidades:** ( ) Associação ( ) Federação ( ) Sindicato

( ) ONG ( X ) Outros (CONSELHO)

**Endereço:** Rua Francisco de Vasconcelos, 125 e Rua Iraí de Minas, s/nº, Centro

**Cidade:** Estrela do Sul **Estado:** MG **CEP:** 38.525-000

**Fone:** (34) 3843.1317 / 3843.1397 / 1141 **Fax:** (34) 3843-1317


**Correio-eletrônico:** andreluis\_melo@yahoo.com

**Responsáveis:** Presidente Zoilda da Paz

### **DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que a documentação especificada nos Incisos "I" e "II" do art. 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa, do Conselho supramencionado, encontra-se regularizada até a presente data e arquivada nesta Comissão à disposição de qualquer interessado.

Brasília, 13 de julho de 2010.

  
Sonia Hypolito

Secretária da Comissão

EXMO. Sr. Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados

27

O CONDESESUL, encaminha à Egrégia Comissão, Sugestão de Projeto de Lei para acrescentar o art. 37-A à lei 8666-93 para estabelecer medidas preventivas que evitem a corrupção.

Pede Deferimento

Estrela do Sul-MG, 20/12/09

  
Zoilda da Paz

SUG de Projeto de Lei

Acrescenta o art. 37-A da lei 8666-93

**Art 1º.** Acrescenta o art. 37-A da Lei 8666-93

Art. 37-A . As pessoas jurídicas que desejarem participar de licitação na Administração Pública, ou serem contratadas sem licitação, deverão comprovar experiência mínima de dois anos, e também não poderão ter sócios comuns, além de que a licitação deverá ser publicada na internet pelo ente estatal e os pagamentos decorrentes da contratação da empresa deverão pela via bancária e eletrônica na conta corrente de própria empresa, sendo vedado em conta de terceiros. (AC)

**Art. 2º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Justificativa:

A proposta visa estabelecer medidas preventivas para evitar que participem empresas de fachada, geridas pelas mesmas pessoas e criadas dias antes da licitação. A exigência de publicar na internet promove maior difusão da licitação e dificulta as fraudes, o que é corroborado pela necessidade de pagamento por via bancária e eletrônica, e na conta da própria empresa, isto dificulta falcaturas como sacar o dinheiro, ou usar cheque com endosso, ou então depositar o pagamento em conta de terceiros.

May